

# Alfredo Pimenta

(1882-1982)

Centenário do seu nascimento

A História dos Povos é composta, logicamente, com matéria produzida pelo Espírito daqueles que se dedicaram ao mester sublime de a escrever. Nem todos que colaboram na sua execução serão historiadores. Mas, cada um, na sua escola de pensamento ou no plano de acção intensamente vivida, será obreiro de uma arte fecunda: como seja a de esboçar páginas sobre as quais a historiografia se apoia, compilando-as por meio de esquemas a que não falte a probidade e o zelo.

*Alfredo Augusto Lopes Pimenta, nascido em 3 de Dezembro de 1882, na Casa de Penouços, em S.Mamede de Aldão (Guimarães), veio a falecer em Lisboa, a 15 de Outubro de 1950, sendo os seus restos mortais trasladados para Guimarães, em 21 de Outubro de 1951, onde jaz na Capela da Madre de Deus.*

Ligou-se à História de Portugal por uma vida muito activa, cujo melhor exemplo é o testemunho vivo da sua perenidade como *historiador*. Contudo, Alfredo Pimenta não se limitou a esboçar páginas históricas — interveio na história do seu tempo. E foi fiel a si próprio na luta com que encetou e terminou uma vida literária e política cheia de grandiosidade.

Poeta, escritor e investigador, legou à Nação, a que dedicou tanto amor, uma obra literária que abre *parêntesis* para intercalar a veia crítica e polémica de um homem seduzido pela política: — política à qual pagou «largo tributo» num combate pleno de audácia e repleto de constante emotividade. Tudo resultante, afinal, do seu espírito ardente *em busca da Verdade*, numa época em que Portugal, ao renegar a Monarquia secular, experimentava o *regime republicano*.

Alfredo Pimenta supunha, então, que a República poderia desempenhar a contento essa transcendente missão imposta a qualquer «regime de tranquilidade e ordem». Pois enganou-se e, observando o falhanço republicano, não teve pejo em seguir os ditames da sua própria consciência e estudar a fundo toda a filosofia política que o havia de situar num plano de grande *doutrinador monárquico*. Chegou à conclusão que o *regime republicano* não é o regime que o Estado exige, que os Povos impõem, que a Comunidade aceita, não olvidando que uma Pátria secular, quando isenta de todos estes predicados, não recomenda à Nação tal regime. *Por isso, na sua descrença, foi arrastado para o sistema oposto onde lutou, combateu e sofreu, para afirmar o resultado das suas investigações.*

Alfredo Pimenta afirmara um dia que, caso «os factos lhe demonstrassem o contrário» daquilo que pensava — a possibilidade de instauração do regime republicano em perfeita «tranquilidade e ordem» —, ele renegaria o seu credo republicano, aderindo à Monarquia. *Falhada a República, tivemos a honra de receber no grémio monárquico um dos mais fieis e dedicados servidores da Grei.*

O Centenário do nascimento de Alfredo Pimenta comemora-se na *Cidade-Berço* da nacionalidade, Guimarães, onde Portugal viu passado o seu primeiro documento comprovativo de existência como Reino independante. Atestado de que havíamos atingido a maioria e nos emancipávamos da tutela Leonesa — prova do que havíamos de ser, do que realmente fomos e do que ainda seremos (?) como nação civilizada e civilizadora: nação ímpar, porque rompeu todas as amarras do tempo para se projectar pelo Mundo. E, não haja dúvidas, em missão de empolgante transcendência, Portugal soube cumprir! Orgulhosamente.

*1882-1982, eis um século de crise endémica da Civilização — talvez o espaço mais crítico da História, desde que ao Homem foi dado conhecimento do fenómeno civilizador.*

Com o termo da sua vida, em 1950, abria-se a década da dúvida e do desânimo — começava, na mente transviada de muitos, a expirar o projecto grandioso da Lusitanidade, pelo qual os nossos maiores se haviam empenhado, dando corpo e forma à comunidade *pluricontinental* e *multiracial* de povos, unidos por um *ecumenismo* e sem limitação alguma para além daquela imposta pela soberania do que então se denominava Portugal.

*Ao Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, de Guimarães, cumpre a honrosa missão de desempenhar um papel a que os Portugueses terão, decerto, razões e orgulho para se sentirem ligados.*

O Autor de: — «Este é o Livro das Chymeras, que, para Consolação das Próprias Saudades, e para Perpetuação de Instantes Transcendentais Alfredo Pimenta escreveo, quando, tendo descido da Torre do seu Orgulho, entrava na Cathedral Magnífica da Sua Humildade» — é nem mais nem menos do que um homem ardente, combativo e polémico, que começou pela Poesia para vir a perpetuar-se na luta por um Portugal respeitador do Passado e ainda confiante no Futuro.

No momento em que comemoramos o centenário do seu nascimento temos que dividir a homenagem que lhe havemos de prestar em duas partes distintas:

Primeira — a mais desenvolvida, a mais importante e aquela que essencialmente nos mobiliza para prestarmos um acto de justiça, através do qual nós transmitimos às gerações vindouras um legado, ficando cientes de que honrámos o cumprimento do nosso dever ao enaltecermos a Obra de um grande Português — Alfredo Pimenta —, cujos trabalhos de erudição, em vários campos e principalmente no aspecto de *investigação* e *historiografia*, afirmam um labor e mérito assinaláveis;

Segunda — a menos desenvolvida, mas infelizmente também importante, e para a qual somos mobilizados por um dever de confissão ou de rectificação perante a memória do *doutrinador monárquico*; talvez mesmo de respeito, de submissão ao português e à sua integridade de patriota exemplar, porque sabemos termos conscientemente traído toda a sua Obra, quando traímos a *missão histórica* de Portugal.

Ao *escritor* consagrado, cujos trabalhos ficaram espalhados em livros, opúsculos e na mais diversificada colaboração dispersa por páginas de jornais e revistas (tanto nacionais como estrangeiras) nós temos o indeclinável dever de confessar: — abrimos as nossas fronteiras; traímos a nossa História; abjurámos dos nossos direitos; abandonámos os nossos povos e quedámo-nos, estáticos, à sombra de uma Revolução de Traidores, que, para além do carácter mórbido de todas as revoluções, se revestiu do aspecto bem comprovado de *internacionalismo* anti-português imprimido pelas *forças maçónicas e marxistas* que dominam o mundo actual.

Assentemos ideias: *destacamos um centenário de alguém que foi, na intensidade com que viveu, um paladino de Portugalidade.*

Vida plena de ideais, comunhão patriótica, vivo e intenso *nacionalismo* — esta a parte que coube ao Homem e ao Doutrinador das *gerações* que, durante alguns anos, em várias frentes de combate, souberam assumir o seu lugar nos três ramos das Forças Armadas e se bateram pela defesa da Nação sem desfalecimento, sem a mais ligeira quebra de patriotismo... até que, vencida a retaguarda, subvertida a Universidade e propagado o vírus da descrença aos oficiais que a frequentaram, tudo ruiu na debandada vergonhosa a que se consignou chamar: «descolonização». Ainda por cima lhe acrescentaram o apodo de «exemplar»...

O inimigo traiçoeiro e insidioso que nos amordaçou é o mesmo que, não contente com o destroçar das monarquias e o desmorronar das nações do Ocidente, experimentou alargar o campo da subversão atingindo, com o mais ousado dos ataques terroristas, o próprio cerne do corpo espiritual da nossa civilização: — Roma, o Vaticano, a Igreja Católica, o Papado. *Na pessoa do Sumo Pontífice, João Paulo II, o Vigário de Cristo na Terra, o Terrorismo fendeu a abóbada da Civilização Ocidental!*

Depois de tudo aquilo a que assistimos; depois de duas guerras com carácter mundial; depois de todos os pequenos conflitos que se eternizaram, estendidos subversivamente aos vários continentes; depois da trama revolucionária que envolve o *imperialismo soviético* em conluio com a Maçonaria, este acto terá sido o mais trágico acontecimento histórico do período limitado pelo nascimento de Alfredo Pimenta e a comemoração do seu primeiro centenário.

Quem viveu os últimos anos da Monarquia, assistindo aos momentos agonizantes da sua queda, e alimentou durante algum tempo o *ideal republicano*, tendo sido vítima da atracção do *anarquismo universitário* do meio coimbrão; quem passou do *evolucionismo republicano* até se converter no vigoroso e documentado crítico do ideário que o seduzira; quem entrou de braços abertos no movimento de purificação e renovação realista; quem lutou nos dois campos de divisão da Sociedade portuguesa — Monarquia e República — ao findar o século passado e na entrada daquele que tem hoje apenas dezoito anos para acabar de cumprir o seu fado, não foi um Alfredo Pimenta republicano ou monárquico: *foi apenas um homem em busca da Verdade* (como já acentuei). A *verdade* que só pode ser encontrada no *regime histórico* e na *instituição tradicional* que marcou um Povo, deu origem a uma Pátria e sedimentou uma Nação com os menores sinais possíveis de imperfeita

nas imperfeições características que são apanágio de todos os regimes e de qualquer instituição. Não me refiro concludentemente a «este País», que os revolucionários de Abril consideraram como emanação das suas próprias lucubrações ideológicas!

*Uma obra que é, toda ela, um hino à Cultura e uma homenagem à sua Pátria, eis a obra de Alfredo Pimenta, que não se evitou de arrear caminho quando sentiu que marchava por atalhos sinuosos que o seu pensamento rejeitava.*

Heidegger disse um dia que «a palavra deve ser abordada com amor». Se, digamos, «a palavra é o motor que transforma a ideia em acto», facilmente havemos de reconhecer — ainda segundo Heidegger — que «a palavra é a Pátria do Homem» e «é através dela que o Homem existe». Pois se «o Verbo é a palavra onde reside o Ser» e temos como funções do Verbo: «exprimir, comunicar, conhecer», então compreenderemos melhor a razão porque, hoje, a elucidação das palavras é uma necessidade constante. Sabe-se como há um vocabulário da Revolução que toma por si (e para si) as mais absurdas definições da *palavra* com o objectivo de a usar em seu real proveito.

*Para Alfredo Pimenta a palavra escrita foi a filosofia; foi a dinâmica; foi a política.* Soube manejá-la como poucos, pondo-a no seu verdadeiro lugar e não permitindo que, em nome da revolução, triunfasse o abastardamento da *palavra*. De lutador teve muito — quase toda a sua luta desfrutou da incondicional adesão duma forte personalidade onde não entrava a cobardia, porque a acção do cobarde — homem que foge às suas responsabilidades — era impensável, inadmissível e enojava-o!

*Alfredo Pimenta lutava pelas ideias porque acreditava nelas — lutava por uma noção de harmonia oposta á tensão, ao aniquilamento das sociedades actuais: sociedades que se dizem pluralistas e que, na sua essência, são as fontes destruidoras de todas as pluralidades.*

Entre o Nominalismo, o Racionalismo e o Determinismo, que são os três anátemas das *pluralidades*, ou o *totalitarismo*, que é um mero *individualismo*, Alfredo Pimenta não teve que escolher: contra todos estes *mitos* acabou por se declarar rebelde e assumiu-se em estado de oposição! O que só veio abonar a luminosidade do seu *percurso político* libertando-se da carga do *agnosticismo* e, um pouco mais dificilmente, da própria simpatia manifestada pelo *posi-*

*tivismo* de Comte. Sem o «negativismo anárquico» ou o «criticismo pessimista», que foram alimento da sua mocidade, o Autor paulatinamente foi-se habituando à ideia de que tinha, para consigo próprio, esta obrigação: «fazer a revisão total dos seus juízos sobre a Igreja Católica, suas instituições e sua função.»

Desiludido com certa «filosofia», ou mesmo com «a insolvência filosófica da Ciência», que — dizia — o haviam tornado «historiador», Alfredo Pimenta, na sua *técnica histórica*, não deixa de constatar que existe uma evidente necessidade de busca e sistematização apoiada nas origens do *facto histórico*, completando toda a pesquisa com o clássico fundamento da mais perfeita erudição. E, nessa sua faina, considera como mestres todos aqueles a quem reputava (pela cultura) dignos de estudo e meditação. Ainda que nem sempre concordante com as suas teses...

*Foi um Homem na verdadeira acepção da palavra; foi um cultivador da Cultura; foi um inflexível doutrinador, quando entendeu que a Monarquia se impunha aos povos. Mas porque compreendeu mais; que a Doutrina era o fermento que havia de levedá-la!*

Oito séculos da nossa história deram-nos o direito de adquirirmos, no concerto das Nações, um lugar ao sol. No século XX, quase a meio da década de 70, — portanto, ao findar o seu terceiro quartel —, um tremendo vendaval retira-nos esse direito: *o direito de sermos nós próprios com todas as virtudes e defeitos inerentes à vida da Nação*. Num ápice a Revolução transformou-nos num povo abúlico que passa a proclamar-se «predominantemente europeu» em oposição à nossa natural vocação ecuménica de «povo aglutinador de povos»: implantado sobre a faixa ocidental europeia, mas debruçado sobre o Atlântico e abraçando todos os continentes num amplexo civilizador de que a *missão* é o paradigma e o *facto colonizador* uma demonstração plausível. Por razões que se prendem com complexos de «colonialismo» e por submissão ao julgamento e às opiniões dos pensadores marxistas, passámos a julgar-nos um «povo imperialista» e dominador no mau sentido do termo. A nossa história começou a ser considerada uma vergonha — nos meios político-ideológicos predominantes, a Civilização Portuguesa, com a glória das Descobertas e os feitos dos nossos *heróis, santos e marinheiros*, uma desonra para os vários mundos em que o Mundo se divide.

*A crise nacional, parte integrante dessa crise mais vasta e profunda que afecta todos os povos, gerou um movimento de traição em que os Portugueses de 500 passaram a ser olhados historicamente*

*como simples traficantes imperialistas alheios aos interesses dos povos, e Portugal como um coito de escravagistas em trânsito para o Inferno...*

É altura de pensarmos no Portugal dos anos 40: o Mundo prostrado ante a nossa obra civilizadora e todos os países em litígio à procura de ajuda, dos conselhos de uma voz que podia arbitrar o conflito; é altura de pensarmos que nessa época mantinhamos em actividade tal diplomacia, que Lisboa se transformou na encruzilhada para tantos que demandavam asilo, acordos ou protecção; é altura de pensarmos que foi nesse período conturbado da História do Ocidente que a demência atacou e minou profundamente os alicerces de uma civilização milenária; é altura de pensarmos no cenário das maquinações em que nos envolveram esses mesmos povos cujos estadistas ou políticos, seus representantes, não tiveram então pejo em se perfilarem, fazendo continência à Bandeira Portuguesa, quando Portugal comemorava OITO SÉCULOS duma gesta heróica que nos invenjavam. E que ainda hoje podemos orgulhosamente manifestar como contributo para a civilização comum do Ocidente!

Alfredo Pimenta, que ao findar o «estúpido século XIX» — premente no ano de 1899 — se matriculava na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, cedo viria a descobrir que a Revolução tinha vários cambiantes, tácticas ajustadas e uma estragédia comum a caminho da subversão geral chamasse-se ela *democracia liberal* sob *monarquismo ou republicanismo maçonicos*, viesse depois a fortalecer-se sob a denominação de *radicalismo bolchevista* oposto ao mais moderado *menchevismo social-democrata*. Tudo eram variantes, mais ou menos «capitalistas»; mais ou menos «colectivistas»; tudo eram variantes duma época em que o *totalitarismo* avançava para a *conquista dos povos* e para a *destruição do equilíbrio entre as nações*.

Depois de muita ponderação e pela experiência adquirida nos conflitos do nosso século, é fácil deduzir que Socialismo e Comunismo são irmãos gémeos: — as «classes», *cortejadas, aduladas ou odiadas* por cada um deles, são a resultante de um fenómeno em que o finamento das *ordens tradicionais* — Trabalho, Pensamento e Defesa, outrora cometidas ao Povo, Clero e Nobreza — não encontra expressão no quadro actual das nossas *hierarquias* onde, em vez de se fundamentar equivalências, antes se insiste na teimosia de facultar a destruição de todas as relações efectivas entre as *unidades e pluralidades* constituintes do *corpo orgânico* das nações!

Destruídos que foram todos os conceitos nos quais se apoiava a Civilização, ficou de pé um corpo inerte que tomou o nome de *ateísmo*, inequivocamente dotado para subverter não só o *sentido religioso* como a própria faculdade de pensar em termos puramente culturais! O que a pessoa é; o que a pessoa julga ser; o que a pessoa deveria ser; aquilo que, em regra, preocupava os *pensadores* já não preocupa, hoje, os *técnicos da ideologia marxista*: para esses a pessoa desintegra-se no colectivo! *E o colectivo, sem sabermos bem o que representa, podemos supô-lo como a abstracta definição de conceitos muito confusos ou difusos...*

Ontem, a *honra* foi substituída pela *honestidade* — hoje, a *honestidade* está a ser continuamente posta à prova e denunciada como velharia!

No vasto *campo social* em que está inserida a *política* e onde deveria caber a *economia*, mal se concebe que possam ainda existir certas *reservas de energia moral* que os elementos propugnadores e correctores da subversão tentam reduzir ao «estado de aniquilamento». *Todavia, é na base da pirâmide social que a Civilização do Ocidente ainda contém alguns restos dessa energia*. Bastava que a soubéssemos procurar (e, naturalmente, encontrar) para que terminasse de vez a era fatalista da descrença: nos *corpos sociais*, na *ordem política* e na *ordem económica*. É a noção ou a exigência dos *corpos intermédios* que se desejaría restaurar em obediência ao equilíbrio e ordenamento das comunidades...

*Toda a prática violenta e desordem generalizada, accionadas pela subversão, geraram uma crise de autoridade e obstruíram a plena integração social*. Obviamente somos conduzidos a *soluções totalitárias*. Ao mesmo tempo uma *contra-cultura* provoca o retalhamento da sociedade em grupos desordenados. *Daqui nasce o terrorismo!*

Em 1949, meio século depois de transpor os umbrais da Faculdade de Direito da vetusta Universidade de Coimbra, Alfredo Pimenta publicava um pequeno opúsculo cujo título significativo é este:

«Três Verdades Vencidas — DEUS, PÁTRIA, REI».

A pergunta a fazer será esta: — logo que vencidas as *três verdades*, haverá algum vencedor? Parece que o grande vencedor é a Democracia Liberal, de feição iluminista, forjada pela Enciclopédia, enxertada na Filosofia Grega e deturpada pelo Marxismo. Que é, no plano revolucionário, resultante directa do Liberalismo e, no



aspecto filosófico, o produto duma simbiose entre os despojos do *materialismo* de Feuerbach e da *dialéctica* de Hegel.

A *democracia*, tal como a vemos e entendemos, embora se proclame quotidianamente «democracia laica», tende para uma *religião das ideologias*: enquanto se proclama senhora do *temporal* e bem separada da *espiritualidade religiosa*, principalmente do Poder Soberano da Igreja Católica Apostólica Romana, ela assume (ou pretende assumir) uma incontestável autoridade em todas as matérias respeitantes ao Espírito. Engloba no seu plano os poderes determinantes da época actual e possui uma ambição desmedida, uma intolerância que a leva directamente às profundezas do totalitarismo. *Quando advoga as liberdades, esquece a autoridade ou mistifica todo o equilíbrio entre os poderes executivo, legislativo e judicial.*

O *agnosticismo* e o *ateísmo*, assim como o *progressismo católico* que complementa o indiferentismo das *sociedades laicas*, desembocando no negativismo doutrinário que é a exegese da sua própria inaceitação entre os povos já de si bastante massificados, são o prelúdio da descrença absoluta do *neo-paganismo*. Logo, se para tantos Deus não existe, para outros — talvez a maioria — transformou-se e está a caminho de desaparecer. *Eis a primeira verdade vencida!*

A Pátria diluiu-se por entre meros silogismos que são aberrações político-ideológicas apoiadas sobre uma *doutrina internacionalista* pronta a destruir as fronteiras e a erguer o Estado Universal. Toda a *burocracia do poder* é posta ao serviço das forças subversivas e, para completa subordinação dos Estados à teoria internacionalista, recomenda-se *marxismo colectivista* ou *capitalismo «reduccionista»*. Em ambos os casos a terapêutica é sempre a *democracia abstracta*, pragmaticamente disposta à imposição do seu fatalismo se lhe aceitarmos todas as premissas. *Eis a segunda verdade vencida!*

O Rei foi aniquilado pelas repúblicas! E a *instituição*, mais o *regime* que a aceitava na sua plenitude, ou a «respublica» que admitia, tolerava e protegia, tudo se viu renegar em proveito de uma hipótese e de várias teses prepotentemente universais que ensinam aos povos ora a conveniência de um chefe de Estado republicano (eleito ou imposto) ora a transmissão de todos os poderes para uma *assembleia anárquica*, de «anárquicos utopistas implantadores de utopias...» Que só aceitam, em última análise, uma *maskarada monárquica* onde o monarca deixe de ser o Soberano e passe a uma figura decorativa conforme o constitucionalismo vigente. Continua

neste caso a *democracia* a ser o denominador comum de todas estas teses. *Eis a terceira verdade vencida!*

Se a *democracia* se apresenta como vencedora sobre todas as *verdades*, é axiomático que navegamos no equívoco ao aceitarmos como verdade, o que é (muito naturalmente) a *mentira revolucionária*: ontem, simplesmente liberal; hoje, predominantemente marxista...

*Para Alfredo Pimenta a Doutrina é um dado imprescindível de todo o combatente que, na hora da verdade, terá de a repor, eliminando do vocabulário histórico as mentiras transformadas em dogmas!* Por não o termos escutado, ou estudado convenientemente, estamos hoje a sofrer os efeitos dessa falta: — por não termos sabido, ontem, evitar o que nos possa aniquilar totalmente, pagaremos, amanhã, essa omissão (ou esse erro) com juros elevados! E não temos de que nos queixar. Fomos os culpados!

Nunca tanto, como hoje, se tornou actual um pequeno período que marca, logo no início do capítulo, «A Crise Social», o pensamento de Alfredo Pimenta:

«A nação portuguesa está nas mãos dos que só podem ser dirigidos.»

Este período, cuja actualidade volto a confirmar, está inserido num volume subordinado ao título, «Novos Estudos Filosóficos e Críticos»: — o referido volume surge na continuação de um outro, «Estudos Filosóficos e Críticos». E ambos são respeitantes à secção mantida, durante anos, por Alfredo Pimenta, no «Diário de Notícias», com a denominação de «Cultura Estrangeira — Cultura Portuguesa».

*O que foi uma lógica verdade para ontem, revela-se confirmação absoluta para hoje.* Está a ser diariamente feita a prova de que uma «classe política» que *monopolizou o Poder* e suga todas as energias da Nação não só não está apta ao papel directivo como até demonstra ser difícil de compreender ou dominar quando no papel de dirigida. *Prevalece, nos dias que correm, sobretudo a anarquia — está ratificado o pensamento de Alfredo Pimenta.*

Cultura, História e Filosofia Política são marcos de uma actividade onde cada livro, cada opúsculo, em suma, qualquer das suas obras, quer no aspecto *crítico* quer no sentido *doutrinário*, advogando *temas literários* ou *políticos*, atesta a probidade intelectual e a energia indomável de um vigoroso espírito em trânsito para a posteridade. *Desenvolvendo sempre um esquema de cultura consa-*

*grada e assente sobre vasta bibliografia, Alfredo Pimenta consegue o milagre de ser permanentemente actual: as suas opiniões, por mais polémicas que se tenham revelado, são pontos fixos de estudo obrigatório para quem se veja na contingência de abordar qualquer tema que incida sobre Portugal e a Monarquia Portuguesa.*

«Elementos de História de Portugal» e «Política Portuguesa» são dois livros que constituem um legado da sua inteligência e do seu patriotismo—dignos de estudo e meditação, de crítica séria e objectiva, porque definem um sentido único em duas fases distintas da vida intelectual e emotiva do Escritor. Muito mais seguro de si na primeira das obras citadas, algo confuso na segunda, Alfredo Pimenta consegue em ambas sintonizar a alma de português e patriota com o sentido crítico do intelectual, independentemente do quadrante ideológico em que observava os homens e os acontecimentos.

*Qualquer dos trabalhos referidos abona o seu autor: ambos são ciclos de estudo para quem se debruce sobre os elementos históricos nacionais do passado, remoto ou próximo. Um—o primeiro, de carácter histórico — forneceu a base de estudo para um «Programa — Índice» do Ensino Primário; outro — o segundo, de cariz político — contém aquilo que o Autor denomina como «Elementos para a solução da Crise Nacional».*

De professor no Liceu de Passos Manuel a director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alfredo Pimenta percorreu um itinerário em que se destaca:— foi *sócio fundador* do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, assim como *académico titular, fundador* da Academia Portuguesa de História e *sócio correspondente* da Academia de Nîmes. Acontece, porém, que o lugar de director do Arquivo Municipal de Guimarães—, hoje Arquivo Alfredo Pimenta (queiram ou não queiram os seus detractores e inimigos) — coloca o nosso homenageado em contacto com o seu meio e oferece a esta cidade, justamente orgulhosa dos seus pergaminhos, mais um título: — *justo título de glória a juntar a tantos outros que tornam Guimarães um lugar obrigatório de peregrinação nacional.*

Se consultarmos um «Catálogo das obras de Alfredo Pimenta», organizado por Manuel da Costa Figueira, tomamos contacto com a imensidade de trabalhos que compuseram a vida agitada daquele que foi, após a morte de António Sardinha, o *grande doutrinador monárquico* num Portugal republicano. Sendo «uma das mais marcadas personalidades e das mais discutidas do meio cultural portu-

guês» a sua controversa figura elevou-se até concitar à sua volta amigos, adversários e até inimigos numa permanência e numa discussão que tornaram a sua vida uma faina que mereceu a pena ser vivida. Faina tão rica que ao escritor «deu viva presença nas discussões políticas que antecederam e seguiram a ditadura militar instituída pelo movimento de 28-5-926» sem o comprometer com o regime que, naturalmente, por ser republicano, estaria sempre afastado do espírito monárquico de Alfredo Pimenta. Todavia ele «deu ao Estado Corporativo, sem nele se filiar, apoio, que não excluía a crítica, discordando em muitos pormenores».

Desde «Os Despeitos da Academia», publicado em Coimbra em 1903, até «A Doação de Villa do Conde a Maria Paes, a 'Ribeirinha'», publicado em 1948, são mais de uma centena os trabalhos da sua extensa bibliografia.

*No centenário do seu nascimento bem merecia que fosse encarada a hipótese de reeditar muitas destas obras, já que Portugal não pode nem deve prescindir do conhecimento elaborado a partir de dados que quase se estão a tornar inéditos numa obstrução sistemática à divulgação da obra de Alfredo Pimenta.*

O pensamento dum escol de intelectuais, — brilhante plêiade de lutadores que instituíram e propagaram o Integralismo Lusitano e que em Portugal, após a queda da Monarquia, ensaiaram, com os olhos postos na Tradição do Povo Português, um renascimento e um fortalecimento da seiva nacional, não foi outro senão construir uma Nova Monarquia, para que a Portugal fosse dada a honra de se reencontrar no Presente através da lição fecunda do Passado.

*A Monarquia não se restaurou.* Mas a República não pode fazer-nos esquecer os erros dramáticos do Constitucionalismo, já que se demitiu do verdadeiro Espírito Lusíada que era o de incarnar as virtudes do nosso Povo e defender, onde quer que elas se situassem, as fronteiras geográficas da Nação Portuguesa.

Cindiu-se a Comunidade que formávamos — e em sua substituição erguem-se algumas «repúblicas populares» nas quais o *marxismo-leninismo* representa a essência do poder estabelecido ou imposto pelas potências dominantes na hora actual. E o velho Portugal — o Portugal que alguns teimam considerar apenas como um minúsculo ponto enropeu situado na costa ocidental ibérica — está ameaçado pelas mesmas potências ou pelas forças inimigas que com elas se conluiaram a ponto de se tornar, para além de *república*, uma

simples caricatura de «democracia popular», estilo *militarista* e com pretensões a «socializar a miséria» a que chegámos.

Esta *república* que somos; esta *democracia* que nos julgamos; este *socialismo* em que nos exercitamos, são amostras de *estrangerismos*, de *internacionalismos* a demandarem novas *soberanias*. Chame-se-lhes ou não imperialismos, eles aí estão apoiados nos partidos políticos que os representam e que ideologicamente dominam a favor de interesses e ambições nem sempre coincidentes com a ideologia proclamada. A *soberania portuguesa* sobre o que era português deu lugar a uma *soberania abstracta* que paradoxalmente representa a *soberania dos grandes gigantes militares, políticos, económicos e ideológicos* que inventaram uma RELIGIÃO DO SOCIAL.

*Enquanto os direitos soberanos de Portugal foram postergados e a nossa soberania limitada, exalte-se contudo o Espirito Português que uniu tantos povos e é precisamente o espirito que une as duas capitais, do Passado e do Presente — Guimarães e Lisboa —, tão bem unidas pela Vida e pela Morte desse Homem que foi fervoroso combatente da causa portuguesa no Mundo e se chamou Alfredo Pimenta.*

Em «Questões da Língua Portuguesa», nos seus «Estudos Filológicos e Críticos», Alfredo Pimenta afirmava o seguinte: «O Romantismo, muito internacionalista, levava a língua por outro caminho — o da desnacionalização».

O que o Autor sentia e assinalava relativamente aos descaminhos da língua — «a língua é, portanto, obra de dois agentes: o povo, na vulgaridade corrente da sua expressão, e o artista, no aperfeiçoamento da mesma expressão» — temos nós hoje muitas e fortes razões para o acentuar quanto aos descaminhos da Nação: — *tudo se internacionalizou e, por força desse fenómeno, nós nos desnacionalizámos!* Não é já apenas a língua, mas tudo aquilo que a informa e lhe dá vida — aquilo que criou uma língua, sustentou e aperfeiçoou essa língua; aquilo que espalhou a mesma língua por todos os continentes e não sabe agora falar outra língua que não seja a língua daqueles que não compreendem a nossa língua!

Está em causa o que os *revolucionários e progressistas* de hoje chamam diariamente: «independência nacional». Importa, no entanto, reflectir um pouco sobre a expressão e sobre essa frase que é um estribilho sem qualquer significado: *nós somos, de facto, cada vez menos independentes a partir do momento em que mais*

*clamamos por independência na dependência característica dos povos que se desnacionalizam.*

Alfredo Pimenta denunciou a «questão social» no seu estudo sobre a República, in «Política Portuguesa». Ora a «questão social», que não é de ontem nem de hoje, subsiste e agravou-se: ontem, na Monarquia decadente, os demagogos aproveitavam-se dela para mais a complicarem; hoje, na República socialista, o mesmo estilo, num hábito esclerosado, está a tornar-se prática corrente para que nunca «a questão social na sua resolução integral» seja «obra dos próprios interessados». Agora já não se trata de «simples falha institucional» ou de mero «problema de regimes»: — *a «questão social» ultrapassa-nos e excede-nos porque ultrapassa as nossas fronteiras e excede a âmbito da Portugalidade.*

«Nesta hora solene em que bem podemos dizer que estamos falando para a História» — escreveu Alfredo Pimenta, num documento que à História pertence e constitui «introdução» ao livro já citado, «Política Portuguesa» — «não nos move qualquer paixão partidária, nem nos cega qualquer sobressalto de consciência.»

*Com estas palavras o Autor reconhecia que a solução republicana não superou nem ajudou a esquecer a falta de uma verdadeira solução monárquica para os problemas quotidianos. Isto é, pouco mais ou menos, como temos de constatar, que a solução socialista (de hoje) ou a solução democrática (de sempre) agravaram todas as questões nacionais, inclusive a «questão social»...*

Paraphraseando Alfredo Pimenta, nós diremos: — «nesta hora solene em que bem podemos dizer que estamos falando para a História não nos move qualquer paixão partidária nem nos cega qualquer sobressalto de consciência, quando verificamos que o sectarismo político embrenhado na «partidocracia» vigente esse, sim, cega a consciência nacional e retira-lhe toda a identificação com a verdadeira voz do Povo Português. Talvez por isso se clame frequentemente que vivemos uma «crise de identidade nacional»...

*A História de Portugal ou a «política portuguesa» deixaram de ser elementos de discussão ou assunto de ponderação para os portugueses. Outros se hão-de encarregar de escrever as páginas vermelhas da história actual; outros se hão-de encarregar da elaboração de uma nova política: não portuguesa, não identificada*

com a nossa história, para ser aplicada ao que ainda hoje, como ontem e sempre, se deve entender, — Portugal.

Alfredo Pimenta, nos seus «Elementos de História de Portugal», teve em vista dar aos alunos do Ensino Primário da sua época uma visão tanto quanto possível exacta (e não pouco grandiosa) do papel que havíamos desempenhado como Povo, e das vicissitudes por que havíamos passado para adquirirmos o direito de Nação. *Hoje em dia a História de Portugal é totalmente deturpada e os nossos valores perenes são negados numa correcta política desnacionalizante que é o facto comprovativo de que atingimos uma crise interior e nos socorremos do internacionalismo contemporâneo para cicatriz da ferida aberta no corpo nacional.* E às pobres crianças que frequentam o Ensino Primário nada mais se lhes fornece do que uma visão esquemática do mundo, como se ele fosse um simples «mundo concentracionário marxista»!

No seu livro histórico, «D. João III», que tanta polémica causou (e causa ainda nos nossos dias), Alfredo Pimenta procura libertar o Monarca do tom negativo sobre o qual a sua obra, a sua política, e mesmo o seu reinado têm sido julgados e apreciados numa visão deturpada da História, talvez porque é neste reinado que a Inquisição se introduz em Portugal sob a forma de «polícia» dos actos religiosos: «dentro da Igreja, a Inquisição foi o que, para os Estados, é a polícia, e são os tribunais.» Ora se «a Igreja tem as suas leis» e «a Inquisição, como instituição organizada contra a *heresia*, foi criada na Idade-Média», não é crível que o pensamento actual tenha para com os homens da época, os Príncipes e a própria Igreja, uma atitude crítica tão severa e «inquisitorial» que confunda as *idades históricas* e as reacções espontâneas de cada uma segundo os seus naturais excessos.

*A Religião e a Política confundem muitas vezes a Fé no seu anseio natural de vincarem os espaços entre o espiritual e o temporal.* Na Idade-Média se forjou tudo o que de bom e mau hoje está perfeitamente exemplificado em *ideologias* que tentam suprimir-se umas às outras, esquecendo a *tolerância religiosa* e a *intolerância política*. As *heresias* (de ontem) e o *ateísmo* (de hoje) são complementos de uma força anti-religiosa que, em nome da política, tentou e tenta destruir a Igreja Católica, Apostólica, Romana, enquanto esta se tornou o bastião sagrado da Verdade revelada por Cristo e assumida pelo Homem em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

*Falhas do homem, da comunidade dos homens, são próprias da humanização dos conceitos que abalaram o Cristianismo na época medieval. Não valerá a pena gastar a nossa energia no ataque à Igreja ou nas críticas a D. João III, quando sabemos que continua a obra demolidora das heresias — em nome do ateísmo científico: — separados o poder espiritual e temporal, elevado aquele pela sua acção transcendente, cada vez mais diminuído este pelas contradições em que se debate, não havia razões para tanta severidade em mentes que desejavam conciliar o inconciliável.*

*Alfredo Pimenta desembainhou a espada pelo Piedoso — nós temos o dever histórico de respeitar D. João III, situando-o na sua época e aceitando o retrato fiel duma figura muito mais compreendida pelo Autor do que pelos seus inúmeros detractores que o condenam (num julgamento sem grande prova testemunhal) a figurar como réu da História e um dos reis mais incompreendidos de todas as nossas dinastias.*

No reinado de D. João III — pode dizer-se — a Colonização Portuguesa entrou na sua fase de maior responsabilidade porque, terminadas as Descobertas, ao Rei cumpria assimilá-las, encestando a obra de nacionalização. *D. João III fê-lo com uma persistência e uma vontade que nos obriga a desculpar-lhe o não ser um D. João II.*

*A nossa colonização teve os seus pontos Alfa e Ómega numa dinastia — a de Avis — que marca um dos períodos mais raramente construtivos das grandes civilizações. De Aljubarrota a Alcácer-Quibir vai um espaço que deve ser medido em termos de considerar o Infante D. Henrique e o próprio D. Sebastião como figuras tendentes a tornarem Portugal muito mais do que um reino da Europa: a sede dum poder messiânico e altamente civilizador na suas imperfeições naturais!*

*Alfredo Pimenta, ao tomar a defesa de D. João III, tomou uma atitude polémica? Como extraordinariamente polémica é toda a obra de quem se entrega às ideias com uma certeza inabalável de que as defende porque merecem ser defendidas. Reconheça-se-lhe, sem favor, a probidade e o frio raciocínio de um historiador para que então (e só então) as condenações morais possam ser imputadas ao homem que se deixe momentaneamente vencer pela paixão na ânsia desesperada de prestar um alto serviço a Deus, à Pátria e ao Rei!*

*Alfredo Pimenta merece ser criticado — muito mais do que*



isso, *apreciado sob um ponto de vista perfeitamente patriótico, quando se sabe que a sua acção foi um perfeito combate pela Lei e pela Grei.* Ao *realismo* duma situação vista por todos os ângulos e analisada sobre todos os prismas opõe-se, por vezes, o *irrealismo* de certas *utopias* cuja impraticabilidade nos desvia dos fins a atingir, ou seja a plena unidade de pontos de vista numa acção coordenada em prol da defesa da civilização que nos sustenta.

*As guerras religiosas não foram apanágio da Idade-Média — elas continuam a processar-se.* E hoje, mais do que nunca, os *fanatismos* imperam sobre a Fé resoluta dos católicos romanos! Não é, decerto, exagero verificarmos que a nossa época é bem mais fértil em crimes de toda a ordem do que aqueles que foram praticados no reinado de D. João III. Por isso Alfredo Pimenta reconhece ao Soberano «um modelo de sinceridade religiosa» quando, em 8 de Março de 1546, se dirigiu a D. João de Castro.

Em 1963 o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, de Guimarães, fazia publicar um volume cujo título sugestivo é o de: «Cartas dos Outros Para Alfredo Pimenta». Folheando-o, ficamos com uma ideia do *percurso ideológico* de Alfredo Pimenta nesses anos difíceis para Portugal e para o Autor nos quais se processou a viragem de ideias que o transformariam no grande *doutrinador monárquico* que, durante três largas décadas, experimentou em Portugal rebelar-se contra os *traidores* e os *vendilhões* da Pátria. ensinando-lhes a arte de a amarem, pagando-lhes com esse acto a dívida contraída para com ela no momento em que viu o primeiro raio de luz.

Essas cartas surgem dos mais diversos quadrantes políticos —por elas somos transportados a uma época que se confunde com o fim do século XIX e princípio do século XX até aos primórdios da década de 30. É sintomático que Alfredo Pimenta trava contra si próprio uma luta que acaba por vir a situá-lo no lugar que lhe compete: *Alfredo Pimenta acaba por concluir que o seu verdadeiro lugar é no combate por Deus, pela Pátria e pelo Rei.* Aí o saudamos quando lhe prestamos esta sentida homenagem.

Honra à sua memória. Paz à sua alma.

*Bem haja Guimarães por saber cultivar o estudo da nossa vida histórica e por prestar o culto devido aos seus filhos dilectos.*

Alfredo Pimenta merece todo o nosso respeito. E mais do que isso: merece a nossa gratidão. Como a merecem os *monárquicos integralistas* que não tiveram receio de erguer o pendão

da Verdade contra o Erro. *A todos um muito obrigado sincero por terem libertado tantos portugueses da submissão ao dogma republicano!* Contudo, Guimarães, o seu Arquivo Histórico e todos os que possam contribuir para o despertar da nacionalidade, especialmente o seu prestigioso Director, Manuel Alves de Oliveira, merecem, sem favor, que lhes dedique e dirija estas simples palavras:

— Numa hora de desânimo, nada melhor do que voltar às origens. Redescobri-las. Estudá-las.

Alfredo Pimenta levou-nos a Guimarães — Guimarães recordou-nos o nosso primeiro Rei. D. Afonso Henriques provou-nos que Portugal é uma realidade.

*Diogo Barradas Curvo*